



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N° , DE 2025
(DO SR. MARCOS POLLON).

Apresentação: 21/06/2025 14:00:44.380 - CSPCCO

REQ n.22/2025

Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre suas recentes declarações em que afirmou que "a polícia prende mal, e o Judiciário é obrigado a soltar".

Senhor Presidente,

Requeiro a V. EX^a. com fundamento no Art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos Art. 117, II e 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação do Ministro Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos sobre suas recentes declarações em que afirmou que "a polícia prende mal, e o Judiciário é obrigado a soltar".



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258994134300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



* C D 2 2 5 8 9 9 4 1 3 4 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 21/03/2025 14:00:44.380 - CSPCCO

REQ n.22/2025

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo convocar o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) sobre suas recentes declarações em que afirmou que "a polícia prende mal, e o Judiciário é obrigado a soltar". A fala do Ministro gerou forte repercussão negativa entre as forças de segurança pública, autoridades políticas e a sociedade civil, suscitando questionamentos acerca da posição oficial do Ministério sobre a atuação policial no país.

As palavras do Ministro foram recebidas com indignação por delegados, policiais militares e civis, além de especialistas em segurança pública. Entidades representativas das forças de segurança classificaram a declaração como desrespeitosa e infundada, ressaltando que os agentes públicos atuam dentro dos limites legais e constitucionais para garantir a ordem e a segurança da população. Dessa forma, torna-se imprescindível que o titular da Pasta esclareça sua posição perante esta Comissão.

O Brasil enfrenta uma crise de segurança pública que exige união e esforço conjunto entre todas as instituições do Estado. Acusar genericamente a polícia de prender mal desconsidera os desafios enfrentados pelos profissionais da segurança, que arriscam diariamente suas vidas no combate ao crime. A declaração do Ministro não apenas deslegitima o trabalho desses profissionais, mas também enfraquece a moral e a confiança nas forças de segurança.

Além disso, a fala do Ministro compromete a credibilidade das prisões realizadas pelas polícias, sugerindo que os agentes públicos não atuam conforme a legalidade. No entanto, as estatísticas demonstram que a maioria das prisões efetuadas resulta em denúncias oferecidas pelo Ministério Público e em condenações pelo Poder Judiciário, o que desmente a afirmação de que a polícia age de maneira errônea ou arbitrária.



* C D 2 2 5 8 9 1 3 4 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 21/03/2025 14:00:44.380 - CSPCCO

REQ n.22/2025

A invocação do princípio da legalidade é fundamental no debate sobre segurança pública. Se há falhas na condução de determinados procedimentos policiais, a solução passa pelo aprimoramento da capacitação dos agentes, pelo fortalecimento das corregedorias e pelo respeito às garantias constitucionais. Generalizar erros pontuais e atribuir um suposto problema sistêmico à atuação policial é uma afirmação que exige maior embasamento técnico e probatório.

O impacto da declaração do Ministro também se reflete na sensação de impunidade e no enfraquecimento da segurança pública. Ao afirmar que a polícia prende mal, cria-se um discurso que pode ser interpretado como um desestímulo ao trabalho policial e um incentivo indireto à criminalidade. Se há equívocos no sistema de persecução penal, é necessário apontar soluções concretas, e não simplesmente transferir responsabilidades.

Outro ponto relevante é o papel do Ministério da Justiça na formulação e implementação de políticas públicas para o setor. Se, de fato, há falhas no processo de prisões, cabe ao Poder Executivo, em colaboração com os estados, oferecer soluções e melhorias para as forças de segurança. Dessa forma, é crucial que o Ministro esclareça quais medidas pretende adotar para corrigir as supostas falhas apontadas em sua declaração.

Ademais, a afirmação de que o Judiciário solta porque a polícia prende mal desconsidera o papel das audiências de custódia e as decisões fundamentadas dos magistrados. Se há excesso de solturas, isso pode decorrer de interpretações garantistas da legislação, e não necessariamente de prisões mal realizadas. É necessário que o Ministro esclareça se sua fala também sugere uma revisão das normas processuais penais.

O Ministério da Justiça tem como uma de suas atribuições o fortalecimento das instituições policiais e o aprimoramento das políticas de segurança. Ao invés de desqualificar a atuação policial, é esperado que o Ministro proponha diretrizes eficazes para a melhoria do sistema de justiça criminal como um todo. Assim, é indispensável que ele exponha, nesta Comissão, quais ações concretas pretende adotar para fortalecer a segurança pública.



* C D 2 5 8 9 4 1 3 4 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 21/03/2025 14:00:44.380 - CSPCCO

REQ n.22/2025

A pertinência temática deste debate na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) é evidente, pois esta Comissão tem a atribuição de analisar, fiscalizar e propor políticas voltadas à segurança pública e ao combate à criminalidade. Como a declaração do Ministro afeta diretamente a credibilidade das forças de segurança e pode impactar futuras políticas de combate ao crime, cabe a esta Comissão garantir que as afirmações feitas pelo chefe da Pasta estejam alinhadas com os interesses da sociedade e da segurança nacional.

O Poder Legislativo, por meio desta Comissão, tem o dever de fiscalizar a atuação do Poder Executivo e garantir que as políticas de segurança sejam eficazes e coerentes com a realidade do país. A presença do Ministro é essencial para esclarecer a intenção de sua declaração e dissipar eventuais interpretações equivocadas ou mal-entendidos que possam comprometer a relação entre o governo federal e as forças de segurança.

A confiança na atuação policial é um dos pilares para a garantia da ordem e da segurança da população. A fala do Ministro, ao invés de contribuir para a valorização das polícias, reforça uma narrativa que desmoraliza os agentes de segurança e coloca em xeque o seu papel no combate ao crime. Esse cenário exige um posicionamento claro do chefe da Pasta responsável pela segurança pública no país.

Não se pode permitir que declarações dessa magnitude sejam feitas sem o devido respaldo técnico e jurídico. O país já enfrenta desafios suficientes na segurança pública para que se introduzam discursos que possam enfraquecer a autoridade policial e comprometer o combate à criminalidade. Portanto, é imprescindível que o Ministro explique de forma detalhada o que pretendeu dizer e quais ações propõe para corrigir as supostas falhas identificadas.

A sociedade brasileira demanda soluções concretas para o problema da violência e da criminalidade. O Poder Legislativo tem o compromisso de garantir que o Ministério da Justiça atue de maneira eficiente e responsável, propondo medidas que valorizem as forças de segurança e assegurem o pleno funcionamento da justiça criminal.



* C D 2 5 8 9 1 3 4 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Por essas razões, faz-se necessária a convocação do Ministro Ricardo Lewandowski para que, nesta Comissão, esclareça suas declarações e apresente suas diretrizes para o enfrentamento da criminalidade no Brasil. O respeito às instituições policiais e ao sistema de justiça deve ser mantido, e cabe a esta Casa assegurar que nenhum discurso desmereça a atuação daqueles que arriscam suas vidas para proteger a sociedade.

Dessa forma, a aprovação deste requerimento se faz urgente e necessária para que o Ministro tenha a oportunidade de expor suas justificativas, prestar os devidos esclarecimentos e contribuir para o aprimoramento da segurança pública no país.

Certos da compreensão e do compromisso desta Comissão com o interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das reuniões, em 20 de março de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258994134300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon

Apresentação: 21/03/2025 14:00:44.380 - CSPCCO

REQ n.22/2025



* C D 2 2 5 8 9 9 4 1 3 4 3 0 0 *